

Luta dos advogados continua



Todos os nomes que integraram a Chapa Dorany Sampaio — reconduzido à presidência para o biênio 1981/1983 — foram eleitos para o Conselho Seccional nas eleições do dia 21. E o programa de trabalho dos escolhidos tem como filosofia a continuação do esforço na defesa das prerrogativas inerentes à advocacia e do aperfeiçoamento das instituições.

Ariano conclama à ética

Ele foi o paraninfo dos novos bacharéis que prestam compromisso na última sessão do Conselho. Mostrou aos que se iniciam na profissão que os caminhos são muito difíceis e, para percorrê-los bem, o advogado tem que estar preparado, inclusive para não ceder às tentações. E deve, também, estar atento à defesa da honorabilidade dos profissionais, tão ameaçada pela má fama criada contra a profissão.



Os advogados de Pernambuco assistiram, em sessão especial, a sanção da Lei denominando de Moacir Baracho a rua do Forum Paula Batista.

GILVANDRO



GONDIM



DORANY



KRAUSE



O Conselho decidiu

1 Aprovar parecer do conselheiro Nilton Siqueira em favor de emenda que garante aos advogados a aposentadoria conjunta. E pede o apoio do Congresso.

2 Constituir comissão com a atribuição de apreciar a criação de mais cartórios de imóveis no Recife: Octávio Lobo, Romualdo Marques e Silvio Neves Baptista.

3 Suspender pelo prazo de 60 dias o bacharel Glauco de Almeida Gonçalves por haver recebido quantia para fazer face a despesas e recusar-se de prestar contas ao cliente.

4 Deferir o pedido de desagravo do advogado Denivaldo de Andrade Cardoso, ofendido por publicação inserta na imprensa da Capital. A decisão foi unânime.

Quatro pronunciamentos na solenidade em homenagem ao saudoso ex-Presidente da OAB: Professor Gilvandro Coelho, em nome do Conselho; José Guedes, filho, vice-presidente do TRT; prefeito Gustavo Krause e Dorany Sampaio, presidente da Seccional.

Órgão oficial da Ordem dos
Advogados do Brasil —

Seção de Pernambuco.

ANO IX — Nº 11 — NOVEMBRO/80

CONSELHO

Dorany de Sá Barreto Sampaio
Presidente

Everardo da Cunha Luna
Vice-Presidente

Hélio Mariano da Silva
1º Secretário

José Paulo Cavalcanti Filho
2º Secretário

Manoel Queiroz Alonso J.
Emerenciano
Tesoureiro

Albino Queiroz de Oliveira Júnior
Antonio de Brito Alves

Aurélio Agostinho da Boa Viagem

Carlos Eduardo C. da Costa Pereira

Egídio Ferreira Lima

Geraldo Oliveira Santos Neves

Isaac Pereira da Silva

João Alfredo B. Vieira de Melo

João Pinheiro Lins

Jonas Ângelo Ferreira Lima

Jório Valença Cavalcanti

Marinalva Reis Gomes Silva

Nilton Wanderley de Siqueira

Oswaldo C. da Costa Lima Filho

Rodolfo Albuquerque de Araújo

Romualdo Marques Costa

Rorinildo Rocha Leão

Sílvio Neves Baptista

Urbano Vitalino Melo Filho

Membros natos

José Cavalcanti Neves

Carlos Martins Moreira

Joaquim Correia de Carvalho
Júnior

Moacir César Baracho

Otávio de Oliveira Lobo

Editor

Olíbano Silveira

Programação visual

Josias Florêncio

Fotografias

Sidney Passarinho

Arte-final

Isnaldo Nogueira Xavier

Impresso em off-set, com
trabalho de composição ele-
trônica e fotolitos da Editó-
ra Comunicarte Ltda. Rua
Bernardino Soares da Silva,
57 — Espinheiro. Telefone:
221-0786.

Circulação

A tiragem do Jornal OAB é
de 6.000 exemplares e a dis-
tribuição abrange todos os
advogados inscritos na Or-
dem. O envio é feito para os
endereço profissionais ou
residência do destinatário.
Se você não o está recebendo,
compareça à sede da
OAB para atualizar o seu en-
dereço.

Luta continua

O processo sucessório do Conselho Seccional, desenvolvido em clima sadio e democrático, teve desfecho igualmente importante não só pela ampla participação da classe, mas sobretudo pelo interesse demonstrado pelos advogados quanto à filosofia de trabalho de cada grupo postulante.

Em síntese, uma prova de maturidade; um testemunho de que se está ampliando, mais e mais, o grau de conscientização em relação aos problemas que tocam de perto e de forma profunda, os profissionais do Direito.

Os resultados, por outro lado, apresentaram-se como uma ratificação, uma renovação do aval oferecido ao Conselho presidido por Dorany Sampaio que conclui o seu mandato sem deixar pendente um sequer dos itens fundamentais do programa a que se propôs executar.

Assim, com a recondução de Dorany Sampaio à presidência e a confirmação de todos os nomes reunidos para formar o Conselho, assegura-se a continuidade da luta empreendida nos últi-

mos anos pela restauração da ordem jurídica democrática, indispensável para que o advogado possa exercer a sua profissão em toda plenitude.

Confirma-se a outorga da representatividade a companheiros que souberam e tiveram desprendimento para continuar o trabalho de consolidação da Ordem como instituição que soube aliar aos verdadeiros ideais dos advogados, os sadios reclamos da sociedade civil.

Reafirma-se o desejo e a convicção da classe de que a Ordem não pode nem deve afastar-se um milímetro da posição de luta pelo respeito aos direitos humanos, pelo restabelecimento da ordem jurídica, pelo fortalecimento do Poder Judiciário e pelas prerrogativas essenciais ao pleno exercício da advocacia.

Assevera-se, pela manifestação livre da vontade, o prosseguimento firme da luta que a Ordem vem exercendo, sem alarde e com destemor, contra a violação aos direitos e prerrogativas da advocacia.



Suassuna previne novos bacharéis

"O dramático e terrível é que o Direito começa onde a compreensão e o amor acabam". Esta colocação de Carnelutti foi lembrada por Ariano Suassuna durante a amina e descontraída palestra que fez para os novos bacharéis que prestaram compromisso no último dia 26 na OAB-PE, como convidado do Conselho Seccional para parainfar os jovens que se iniciam na advocacia.

Ariano Suassuna disse aos seus afilhados que não poderia oferecer melhor conselho do que dizer-lhes que se mantenham fiéis à vocação, ao compromisso que naquele momento assumiam perante a instituição que lhes abriga, protege e zela pela disciplina profissional e perante a comunidade, ali amplamente representada.

Referiu-se às contradições da sociedade humana — desorganizada, confusa e complexa — que termina por dominar o coração do homem. E, no exercício da advocacia, não se pode atuar apenas com o coração, mas também não se deve dei-

...xar de lado o que ele sente e sugere.

Preocupado com o que as contingências sociais podem acarretar para o profissional do Direito na sua labuta diária, exortou os novos advogados a se empenharem, a não medirem esforços, para cumprir eticamente a sua missão; a resistirem às tentações, pois a profissão, pelo que ela tem de alcance e de poder, está sempre sujeita à ação predatória dos gananciosos e insensatos. E o advogado — destacou —, para manter a sua honorabilidade, sua postura ética, deve e tem que ser astucioso, inteligente. Do contrário, expõe-se às investidas perniciosas, como o suborno, por exemplo.

E concluiu dizendo que cada um precisa tomar cuidado, armar-se para enfrentar um dos grandes problemas que a profissão enfrenta em toda parte: a má fama. A opinião quase generalizada de que o advogado é desonesto — e nós sabemos que, no caso, os inocentes pagam pelos pecadores — "você devem responder com o testemunho em contrário".

Cartórios de imóveis

Outra decisão do Conselho, na sessão do dia 26: constituir comissão com a atribuição de apreciar a criação de mais cartórios de imóveis, de acordo com proposta do governador Marco Antônio Maciel ao Tribunal de Justiça.

A comissão, que já na primeira quinzena de dezembro começará a desenvolver o seu trabalho, é formada pelos advogados Octávio Lobo (presidente), Romualdo Marques Costa e Silvio Neves Baptista.

Justificação sem prova só até o dia 20

Os advogados que não compareceram às eleições do dia 21 último serão dispensados da multa respectiva mediante apresentação de justificação, por escrito, encaminhada à Seccional até o dia 20 de dezembro, sem necessidade de comprovação do motivo da ausência.

Decidiu, também, o Conselho em sua última sessão, que a partir do dia 21 de dezembro e até 31 de março, os pedidos de justificação pela falta às eleições terão que ser acompanhados de documento provando o motivo alegado para o não comparecimento.

Comissão que vê Judiciário é ampliada

A Comissão instituída pela Seccional para estudar e apreciar sugestões e conclusões sobre a situação do Poder Judiciário acaba de ser ampliada em mais dois membros. O Conselho escolheu dois advogados que atuam na área criminal e na Justiça do Trabalho.

Os dois novos integrantes são Bóris Trindade e Armando Melo. O trabalho de levantamento das causas da morosidade da Justiça, em todos os setores prossegue ativamente. A Ordem elaborou um questionário e o distribuiu como encarte na edição de setembro do Jornal OAB, pedindo a colaboração da classe no sentido de fornecer informações e subsídios.

Uma urna foi colocada no balcão da seccional para recolher os questionários — que os colegas receberam em casa ou no escritório — e o volume de respostas não vem correspondendo à expectativa. A Comissão incumbida de estudar o problema do Poder Judiciário reitera aos colegas advogados, da Capital e do Interior, o pedido para que respondam o questionário com a maior urgência possível e o coloque na urna exposta na sede (rua do Imperador).

OAB defere desagravo a Denivaldo

Por decisão unânime, o Conselho deferiu o pedido de desagravo do advogado Denivaldo de Andrade Cardoso, ofendido por publicação inserta na imprensa da Capital.



Advogados rec Dorany para o biên



O Tribunal de Justiça do Estado ofereceu todas as condições para a realização do pleito. As mesas coletoras ocuparam o amplo espaço do Tribunal do Júri e algumas salas do primeiro andar do Palácio da Justiça.

Em processo eleitoral tranquilo, num clima de perfeita cordialidade, os advogados de Pernambuco elegeram, dia 21 do corrente, os componentes do Conselho Seccional da OAB-PE para o biênio 1981/1983, reconduzindo o presidente Dorany Sampaio, que liderava a Chapa Amarela concorrendo com o advogado Gil Teobaldo de Azevedo, que encabeçava a Chapa Renovação (Azul).

A Chapa Amarela teve eleitos todos os seus postulantes ao Conselho Seccional, de conformidade com o resultado geral a seguir apresentado: Albino Queiroz — 2.787 votos; Aurélio Agostinho Boa Viagem — 2.808 votos; Carlos Eduardo da Costa Pereira — 2.789; Carlos Eduardo Vasconcelos — 2.783; Egídio Ferreira Lima — 2.793; Everardo da Cunha Luna — 2.829; Geraldo Santos Neves — 2.781; Hélio Mariano da Silva — 2.799; Iraopon José Soares — 2.776; Jonas Ferreira Lima — 2.802; Jório

Valença — 2.813; José Paulo Calvacanti Filho — 2.830; Manoel Alonso Emerenciano — 2.763; Niete Correia Lima — 2.759; Nilton Wanderley de Siqueira — 2.817; Oswaldo Costa Lima Filho; Romualdo Marques Costa — 2.818.

Os candidatos da Chapa Renovação obtiveram os seguintes resultados: Gil Teobaldo de Azevedo — 851 votos; Adolfo Moury Fernandes — 791; Alexandre Lemos — 798; Armando Melo — 787; Carlos de Brito Lira — 815; Carlos Antônio Domingues — 794; Cícero José da Silva — 790; Fernando do Rego Matos — 799; Francisco Cândido Falcão — 735; João Olympio Mendonça — 796; José Lourenço Meira de Vasconcelos — 809; Luiz Belém de Alencar — 792; Manoel Enildo Lins — 791; Maria Nely Ribeiro — 807; Nair Andrade — 795; Oleno Vieira Ramos — 784; Sady Torres Filho — 813; Sebastião Bernardino — 784.

No Tribunal de Justiça do Estado e nas câmaras do Tribunal de Juízo, onde se iniciaram as eleições, a atmosfera foi bastante intensa, a partir das 15h15, quando se iniciou a coleta de votos. Os advogados inscritos no pleito foram 2.048 — se trata de uma corporação.

O PLEITO

Também foram eleitos os membros do Conselho de Advogados do Estado. O Agreste foi o mais desenvolvido e, portanto, mais tranquilo. Antônio Moreira foi reeleito.

nduzem o 1981 - 1983



Em nenhum instante houve dificuldade ou formação de filas para votação. Com a divisão das mesas coletoras entre as diversas salas do Tribunal, tudo correu bem. E foi obedecido o horário de início e término da eleição.

o Júri do Re-
s salas do Tri-
o Estado, por
am as seções
mentação era
as 9h, quando
so de votação
cerramento da
Dos 5.800 ad-
3.752 exerce-
voto. A parti-
expressiva, reve-
e muitos cole-
ccional de Per-
tenção foi de
proximarem da

SUBSEÇÕES

obseções de Ga-
a presença dos
a a região do
siva e o proces-
uas cidades se
orma absoluta-
Em Garanhuns,
Cardoso de Oli-
ido à presidên-

cia da subseção, recebendo a unanimidade dos votos (50 votos), eis que não houve chapa concorrente. Os companheiros de diretoria de Antonio Manoel Cardoso também obtiveram os votos dos 50 advogados que compareceram às urnas. São eles: Gybson José Aires, vice-presidente; Cladison Ferreira Pinto, tesoureiro; Nadja Tenório Cerqueira, secretário.

Em Caruaru, concorreram duas chapas — uma liderada por Walter Augusto, que resultou vitoriosa, e outra encabeçada por Severino Ferreira dos Santos. Os resultados foram os seguintes: Walter Augusto Andrade (presidente), 124 votos; Leocádio Oliveira (vice), 121; João Tibúrcio Limeira (secretário), 125; e Severina Pereira Leite (tesoureiro), 123. Severino Ferreira dos Santos (presidente), 106 votos; Pedro Aguiar (vice), 106; Antonio Mielo (secretário), 104; e Claudio Damasceno Alves (tesoureiro), 102.



Resultado em percentuais

Chapa Dorany	74,56%
Chapa Renovação	21,21%
Outros candidatos	1,14%
Votos brancos	2,80%
Votos nulos	0,29%



Gilvandro:

Baracho foi um exemplo de grandeza e dignidade

O pronunciamento do Conselho Seccional foi feito pelo professor Gilvandro de Vasconcelos Coelho, um amigo do homenageado desde o início dos estudos e que o acompanhou como profissional do Direito e líder dos advogados — como presidente da Seccional e como dirigente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco.

Recordou a trajetória da vida de Moacir Baracho, mostrando que ele soube ser um elo na construção da ordem jurídica fraterna e democrática. Lembrou as palavras de Baracho na cerimônia de inauguração da Galeria de ex-Presidentes da OAB, quando ele conclamava a todos para a tarefa de preservar o patrimônio moral e intelectual da corporação.

"Durante 35 anos, trilhamos os mesmos caminhos consagrados ao Direito. Profissionalmente advogados, pisamos o mesmo solo recifense. Mas, raramente nos encontrávamos, pois ele pontificava no foro trabalhista, em que eu não atuava desde 1967. Vivemos separados pela cidade grande, que a todos envolve com o cimento armado dos seus edifícios frios e sem alma, como se não fossem as gaiolas.

Apesar dos desencontros das nossas rotas, permanecemos fieis à formação jurídica recebida. Mantivemos idêntica visão ética do mundo e do Direito. Sempre acreditamos que a fragilidade do homem, inexoravelmente marcado pela ação destruidora do tempo, não o impede de perpetuar-se numa sucessão ininterrupta, desde que as gerações se unam, na base e nos anseios, formando uma cadeia indestrutível.

Cada um de nós deve ser um novo elo na construção da ordem jurídica fraterna e democrática, legitimada pela busca da justiça e impulsionada pela liberdade responsável.

Nessa persuasão, dirigindo-se às gerações futuras de advogados, na cerimônia da inauguração da galeria de ex-Presidentes da Ordem, Baracho conclamava a todos para a tarefa ingente de preservar o patrimônio moral e intelectual ali reunido. Pediu a todos que abrissem novos caminhos, plenos de liberdade e de justiça, com o mesmo "espírito de independência e de vanguarda", que vem caracterizando a nossa corporação."

Simplicidade

"Baracho não desejava a glória do mundo. Não aspirava o poder político ou o dinheiro. A felicidade com que sonhava, como qualquer rapaz, era terna e simples, como ele sempre foi. No Diário que tive a ventura de

ler, graças à gentileza da sua filha e nossa colega Valéria Baracho, escreveu que o seu ideal consistia "na tranquilidade da consciência, na satisfação dos anseios da alma, no amor que transborde do coração e na força para as lutas e para o trabalho".

Esse mesmo Diário contém observações valiosas para a compreensão da sua admirável figura humana. Assim, em abril de 1942, confessava: "Eu não sou ambicioso. Não desejo as culminâncias e nem pretendo as alturas. Umipotado rir-se-ia dos meus anseios, enquanto os humildes e os modestos concordariam com os meus desejos". Sempre preocupado; com os desvalidos da vida, foi, ainda estudante, defensor dos pobres de Goiana."

Culto e exemplar

Advogado dedicado, especializou-se no Direito do Trabalho, para ajudar os pobres e humildes. Nele se tornou mestre. Sem ser sectário, aconselhava a todos, empregados e empregadores, com prudência. Sem distinções defendia os interesses legítimos dos seus clientes, com mais amor do que patrocinaria os seus próprios direitos.

Modesto por natureza e determinação, Baracho não era arrogante, nem deixava transparecer o brilho da sua cultura jurídica. Como poucas pessoas, conseguiu elevar-se tanto, sem perder a simplicidade do menino de Goiana, que conheci.

Conforme disse o Juiz Duarte Neto, Presidente do Tribunal do Trabalho desta 6ª Região, "poderia definir Moacir Baracho como paradigma de um tipo de profissional liberal em via de extinção. Ou, exemplifican-

do, um advogado que jamais se deixou contaminar pelo mercantilismo, acreditando realmente na nobreza de sua profissão, a qual sempre soube exercer, sem recuos, dentro dos mais elevados padrões da ética".

Em pronunciamento feito no Congresso Nacional, o Deputado Federal Fernando Coelho exaltou as virtudes do nosso ilustre homenageado afirmando: "Sem que fosse detentor de poder político ou de poder econômico, na modéstia com que se conduzia, poucos terão marcado mais que ele, a vida ao redor, no exemplo diário de grandeza e de dignidade. Poucos terão influenciado tanto, sem que pretendessem influenciar ninguém" (Cfr. Diário do Congresso Nacional, 16.ago.80).

Sem qualquer discrepância, esse é o julgamento unânime de quantos o conheceram.

Mestre do Direito do Trabalho, as teses jurídicas de Baracho foram aprovadas pelos Congressos e Encontros de Advogados em que foram apresentadas e por ele defendidas brilhantemente. Entre elas, destacamos: "Inconstitucionalidade do Prejulgado", "Extensão dos Limites à Alteração do Contrato de Trabalho", "O Advogado e o Seguro Social", "Desemprego, Violação de Direitos Humanos" e "Intangibilidade do Salário Mínimo e Outras Intangibilidades".

Em 1972, recebeu o Prêmio de Monografia do Instituto dos Advogados de Pernambuco, com um excelente estudo sobre a "Conciliação Trabalhista e Justiça do Trabalho". Nele o nosso pranteado colega defendeu a necessidade de dar à conciliação trabalhista, como instituto processual valioso, "a marca de solução harmoniosa, mas, sobretudo, evada de Justiça, para que a paz social, daí resultante, seja efetiva". Condenou, assim, a chamada conciliação ruínoza a direitos.

Prestigiaram a solenidade em (dia 6) homenagem póstuma a Moacir Baracho, entre outras autoridades, o desembargador Pedro Malta, presidente do Tribunal de Justiça (que fez pronunciamento enaltecendo a figura do homenageado); o juiz Alfredo Duarte Neto, presidente do Tribunal Regional do Trabalho; o Secretário José Henrique Wanderley; o deputado Fernando Coelho, representando o Congresso Nacional.



Gondim:

“Paradigma às futuras gerações”

“Moacir Baracho vive e há de viver pelo legado que nos deixou e que servirá de exemplo e de paradigma às gerações que não de se suceder através dos tempos, na sequência dos anos”, afirmou o professor José Guedes Corrêa Gondim Filho, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, durante a solenidade, na OAB, em que o prefeito Gustavo Krause sancionou a lei denominada de Moacir César Baracho a rua do Fórum Paula Batista.

Destacou que a homenagem a Baracho representava o reconhecimento a um dos valores mais expressivos da chamada geração de 1945, revelava a sensibilidade do prefeito Gustavo Krause e traduzia o sentimento unânime da comunidade pernambucana, desolada pelo desaparecimento de uma figura de extraordinárias qualidades humanas. Sublinhou, em seu pronunciamento, a determinação e a coragem de Moacir Baracho na defesa dos direitos humanos e da ordem

jurídica, em todos os momentos de sua gestão como presidente da Seccional da OAB.

Lembrou que nem sempre a morte é o esquecimento para situar o caso específico do homenageado: “Moacir Baracho vive e há de viver pelo legado que nos deixou e que servirá de exemplo e de paradigma que não de se suceder através dos tempos, na sequência dos anos. Ele viverá na memória e no coração enquanto subsistirem os valores que nortearam a sua existência, valores imperecíveis que se identificam com o primado do espírito e com as lutas pelo aperfeiçoamento dos ideais jurídicos e humanitários sem os quais a História não teria sentido nem grandeza”.

Traçando o perfil de Moacir Baracho, como cidadão e como representante da classe dos advogados, quer presidindo a Ordem dos Advogados, Seccional de Pernambuco, quer

na posição de líder dos advogados trabalhistas, o professor Gondim Filho destacou o desprendimento, a competência e a coragem do homenageado: “Desprovido de vaidade, sei bem porque participei das suas dúvidas e confidências, que aceitou a presidência desta Casa unicamente para servir a sua classe e aqui ele realmente se identificou corajosamente com as posições assumidas pela OAB, numa quadra difícil, na defesa intransigente dos direitos humanos e da ordem jurídica. As margens do Capibaribe — completou — a rua Moacir Baracho há de recordar a todos aqueles que baterem às portas da Justiça, o advogado, o homem, o jurista que honrou até o sacrifício, até os últimos dias de sua existência, o compromisso permanente e sempre renovado de pugnar pelos humildes com as armas da lei e a obstinação dos que têm a consciência de que, como afirmou o poeta, “tudo vale a pena quando a vida não é pequena”.



Krause:

“Sempre em direção à justiça”

O prefeito Gustavo Krause, depois de sancionar a lei denominando de Moacir César Baracho a primeira transversal da rua do Imperador, dirigiu-se aos mais de duzentos advogados, juízes, familiares e amigos do homenageado citando Manoel Bandeira e Ernani Sátiro para afirmar o alto significado da homenagem.

“Nesta rua batizada de Moacir César Baracho estão todos os símbolos — a beleza da alma do povo do Recife reluzindo na beleza do gesto que não é meu, que não é da Prefei-

tura, que é da comunidade recifense, da cidade que o deseja sempre vivo dentro de si”.

“O simbolismo da história que Baracho construiu na sua trajetória profissional e à frente da Ordem dos Advogados. E como profissional liberal, sério e competente, engrandecendo a todos nós. E por que esta rua de dimensões tão pequenas? Certamente porque nesta rua Baracho passou as tardes mornas do Recife tropical. Sempre ao lado do Direito e em direção à Justiça”.

Dorany:

“Um espírito conciliador”

Encerrando a solenidade em homenagem a Baracho, o presidente do Conselho Seccional, Dorany Sampaio, começou por destacar que aquela solenidade era o primeiro ato público que se realizava no auditório da OAB, desde o desaparecimento do ex-presidente Moacir Baracho.

Deteve-se, com maior ênfase, na apreciação do trabalho que o homenageado exerceu como presidente da OAB, onde se empenhou, com todas as suas forças, na defesa da ordem jurídica e dos direitos humanos. Lembrou Dorany Sampaio que Moacir Baracho, com serenidade e equilíbrio, não abriu mão, um milímetro sequer, da sua po-

sição intransigente de defesa da ordem jurídica e o fez, precisamente, num dos momentos mais difíceis que o país atravessou.

Com o seu espírito conciliador, com serenidade e equilíbrio, Baracho não transigia nas providências relacionadas à defesa dos direitos humanos, acompanhando passo por passo o problema dos presos políticos, dando-lhes a assistência necessária.

Lembrou, também, que Moacir Baracho foi além de um integrante e presidente da corporação: destacou-se como um grande líder, abnegado, que aconselhava nos momentos das grandes decisões.



Os atrasos da anuidade sacrificam

Uma parcela significativa dos advogados inscritos na Seccional tem negligenciado quanto à regularização de sua situação com os cofres da entidade. Os atrasos, salvo eventuais e excepcionais exceções, não se justificam até porque a OAB recebe as anuidades sem qualquer acréscimo de juros ou correção monetária.

O não cumprimento da obrigação correspondente a um ou repetidos exercícios acarreta dificuldades à Seccional, que para executar adequada e oportunamente as suas importantes atribuições necessita dos recursos orçamentários, os quais, é preciso destacar, nem sempre atendem aos encargos porque o processo inflacionário acaba provocando uma carga deficitária, impondo-se uma suplementação.

Agrava-se mais a situação com a ocorrência da impontualidade ou omissão no pagamento da anuidade. É imperioso lembrar, a propósito, que a taxa estipulada pela OAB-PE figura como uma das mais baixas do país, bem abaixo, aliás, da recomendação do Conselho Federal (um valor de referência).

Esse apelo aos companheiros advogados em atraso deve ser interpretado como tão só um esforço da Seccional para que a OAB possa cumprir as suas finalidades administrativas e culturais, o que se tornaria inviável sem estar preparada para enfrentar as realidades econômicas.

Advogado é suspenso por 60 dias

O Conselho Seccional suspendeu, pelo prazo de sessenta dias, o bacharel Glauco de Almeida Gonçalves, ao julgar representação em que o inscrito foi acusado de receber de um cliente quantia para fazer face a despesas e recusar-se, injustificadamente, de prestar contas.

A decisão foi tomada com base no que dispõe o art. 103, XIX, do Estatuto da Ordem. O acórdão: Ementa: Advogado que recebe do cliente quantia para fazer face a despesas e injustificadamente se recusa a prestar contas.

Processo Disciplinar que se julga procedente, aplicando-se a pena de suspensão por 60 dias ao faltoso, por infração ao artigo 103, XIX do Estatuto da Ordem, ficando todavia prorrogado aquele prazo até que venham a ser prestadas as contas reclamadas.

Vistos e discutidos estes autos do Processo Disciplinar instaurado contra o bel. Glauco de Almeida Gonçalves, resolve o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil aplicar ao representado a pena de suspensão pelo prazo de 60 dias prorrogável até que preste ele contas da quantia recebida, face ao que dispõe o art. 113, § 2º, da Lei nº 4.215/63".



Conselho atento à aposentadoria

A OAB vai encaminhar aos líderes partidários e demais representantes pernambucanos no Congresso Nacional, telegrama concitando-os à aprovação de emenda na Lei 3.807/60 (Lei Orgânica da Previdência Social) para permitir a percepção conjunta de aposentadoria aos profissionais liberais ou empregados que também exercem cargos públicos. Essa decisão decorre de aprovação, pelo Conselho, do parecer apresentado pelo conselheiro Nilton Wanderley de Siqueira ao projeto de lei nº 34/80, em tramitação na Câmara Federal.

O PARECER

Em tramitação em caráter de urgência, o Projeto de Lei nº 34/80 alterando a redação da Lei nº 3.807/60 (Lei Orgânica da Previdência Social) vem tendo enorme repercussão nos meios profissionais, diante da nova redação proposta para o art. 57 da mencionada lei, proibindo textualmente a percepção conjunta "de aposentadoria de qualquer natureza com outra aposentadoria."

Em que pese o entendimento do Ministro da Previdência Social de que, com a aprovação do Projeto, não fica o segurado proibido de "acumular duas contribuições, uma para o INPS e outra para o órgão previdenciário da União, Estado ou Município que tenha regime próprio de Previdência Social, como funcionário estatutário ele estará regido por duas leis distintas, e uma não exclui a outra", (D.P. 28/10/80), está patente a dúvida que trará o mencionado dispositivo, se transformado em lei, tanto

que tem sido objeto de emendas, ao mesmo tempo, que vem motivando o pedido de aposentadoria de vários funcionários, temerosos de que, posteriormente, com a vigência da Lei nº 3.807, com a redação proposta, lhe seja negada outra aposentadoria, cumulativamente pelo exercício do cargo público com a do INPS e vice-versa.

De todo desnecessária é a inclusão da letra a no § 1º do art. 57, constante do Projeto, cuja supressão foi proposta pelo Deputado Fernando Coelho, uma vez que, é por demais sabido, ser vedado o acúmulo de aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional da Previdência Social, proibida expressamente no próprio Decreto que regulamenta a Legislação Previdenciária, no art. 211 do Decreto nº 83.080, de 24/01/79.

Por outro lado, o Deputado Túlio Barcelos, Relator da Comissão Mista, visando tornar mais clara a redação original do Projeto, propõe emenda

da dando ao art. 57, a seguinte redação:

"No regime da Previdência Social Urbana, executado pelo INPS, não será permitida a percepção conjunta de auxílios-natalidade, quando o pai e a mãe forem segurados de aposentadoria com auxílio doença, de aposentadoria com abono de permanência, e de duas ou mais aposentadorias".

Diante do grave risco decorrente da dúbia interpretação do § 1º do art. 57, com a redação original do Projeto 34/80, abrangendo os profissionais liberais ou empregados que também exercem cargos públicos, sugerimos que seja remetido aos nossos representantes no Congresso Nacional aos líderes partidários e ao autor da emenda telegrama concitando-os a aprovar emenda ao Projeto de Lei nº 34/80, de forma a evitar dúvida futura quanto à sua interpretação proibindo aposentadorias concedidas por regimes diversos de aposentadoria.

Em, 18 de novembro de 1980